



Diário Eletrônico nº 190
Disponibilização: 14/10/2015

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua João Guimarães Rosa, 215 - Bairro Centro - CEP 01303-030 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br

EDITAL

EDITAL DA 19ª HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO PARA ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS DE QUE TRATA O ARTIGO 144-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA LESLEY GASPARINI, JUÍZA FEDERAL PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE HASTAS PÚBLICAS UNIFICADAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento e interessar possa, que nas Varas Federais abaixo indicadas (integrantes do sistema de leilão conjunto a que se refere a Resolução nº 315, de 12 de fevereiro de 2008, com a alteração prevista na Resolução nº 340, de 30 de julho de 2008, todas do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região), processam-se os feitos ao final relacionados, bem como que foram designados os dias **09 de novembro de 2015**, às 11h, para a realização de 1º leilão, ocasião em que os lotes de bens oferecidos em cada qual dos mencionados processos somente poderão ser arrematados por valor igual ou superior ao de sua avaliação, e **11 de novembro de 2015**, também às 11h, para a realização de eventual 2º Leilão, ocasião em que se fará a venda pelo maior lance oferecido, observados os valores mínimos determinados para cada lote de bens.

Todas as hastas ocorrerão nas dependências do Fórum Federal Especializado das Execuções Fiscais, sito na Rua João Guimarães Rosa, nº 215, nesta cidade de São Paulo, em sessão que será apregoada pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial, Sr(a). **LUIZ DOS SANTOS LUQUETA** em 1º leilão e **WASHINGTON LUIZ PEREIRA VIZEU** em 2º leilão, credenciados(as) nos termos da referida Resolução, junto ao auditório do edifício, nos horários supra indicados, em conformidade ao que segue:

1) Os interessados na arrematação dos bens deverão cadastrar-se, antecipadamente, via e-mail, junto à Central de Hastas Públicas Unificadas de São Paulo (cehas_sp@jfsp.jus.br) ou, pessoalmente, com uma hora de antecedência, no local do certame. Em ambas as hipóteses, os lançadores deverão apresentar no dia designado para hasta, documento original de identificação pessoal.

1.1) Tratando-se de pessoa jurídica, deverão ser encaminhados os seguintes dados: nome e endereço completo da sede da empresa interessada, número de inscrição no CNPJ/MF, além de telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato. No dia designado para a realização da hasta, deverá ser apresentada cópia autenticada de seus atos constitutivos (contrato social, ata de assembléia, etc.). Se a empresa estiver representada por sócio, este deverá apresentar documento de identidade e comprovar capacidade para contrair obrigações em nome da sociedade.

1.1.1) Tratando-se de representação por meio de preposto, além do documento de identidade deste, deverá ser apresentada, em via original, procuração com poderes específicos para arrematação de bens em nome da sociedade, inclusive, para obrigar a sociedade, na forma prevista neste Edital.

1.1.2) Em caso de arrematação, a cópia dos atos constitutivos e procuração, se houver, ficarão retidas para encaminhamento à vara onde tramita o respectivo processo. Assim, havendo interesse em mais de um lote, deverão ser providenciadas cópias suficientes.

1.2) Não poderão ser arrematantes:

- a) as pessoas definidas no artigo 690-A do Código de Processo Civil, inciso I, quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade; inciso II, quanto aos bens confiados à sua administração e para alienação; e inciso III, quando lotados ou atuarem perante a Justiça Federal da Terceira Região;
- b) o executado, em relação aos bens que foram objeto de constrição judicial em seu próprio processo;
- c) os sócios das pessoas jurídicas executadas, incluídos ou não no pólo passivo do respectivo processo;
- d) o advogado, que patrocine, ou já tenha patrocinado interesse do executado no processo em que penhorados ou apreendidos os bens oferecidos em hasta pública, ainda que compareça como mandatário de terceiro estranho àquela relação jurídica;
- e) as pessoas físicas ou jurídicas que sofrerem as penalidades previstas no item 8 do presente Edital.

2) Os bens alcançados pelo presente Edital, estando em mãos dos depositários respectivos, poderão ser com eles vistos.

2.1) Ficará a cargo da Comissão Permanente de Hastas Públicas Unificadas, na pessoa da Consultora Presidente, fornecer autorização para exibição dos bens penhorados aos leiloeiros judiciais e interessados, visando a maior divulgação possível daqueles.

2.2) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, sendo exclusiva atribuição dos arrematantes a verificação destes, não cabendo à Justiça Federal quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem e transporte daqueles arrematados.

2.3) Não obstante os ônus especificados quando da descrição dos lotes correspondentes aos bens objeto do presente Edital, é de responsabilidade dos interessados a verificação quanto à existência de eventuais pendências junto aos órgãos públicos encarregados do registro da propriedade dos bens levados à hasta pública, assim como os recolhimentos de impostos e taxas porventura cobrados para seu registro, bem como aquele incidente em caso de transmissão de propriedade (ITBI).

3) Os bens serão anunciados, informando-se as condições em que se encontram, os valores da avaliação, do lance mínimo e forma de pagamento.

3.1) Serão admitidos os lances apresentados na própria hasta, de viva voz ou por meio de proposta escrita, logo após a anúncio do lote.

3.2) Na primeira praça, o lance dar-se-á por preço igual ou superior ao valor da avaliação. A partir do segundo leilão, em havendo, o lance não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) do valor estipulado na avaliação.

3.3) Após o pregão do lote e em não ocorrendo a sua arrematação integral, e havendo interesse de eventual licitante, o lote poderá ser desmembrado e os itens alienados separadamente em hasta pública, nas mesmas condições previstas neste Edital.

3.3.1) Em sendo possível, admitir-se-á ainda a divisão de um único item, observado como parâmetro mínimo o equivalente a décima parte do todo. Neste caso, após a declaração do lance vencedor, havendo interesse de outros licitantes e suficiência de bens remanescentes, permitir-se-á o início de nova disputa, observando-se, desta feita, como parâmetro mínimo o equivalente a décima parte do saldo apurado pela subtração da(s) arrematação(ões) anterior(es) do total originariamente ofertado.

- 3.3.2) Verificado o interesse de dois ou mais licitantes para um mesmo item do lote, este terá preferência na abertura da disputa, ainda que um dos licitantes demonstre interesse na aquisição de um maior número de itens daquele mesmo lote.
- 3.3.3) Tratando-se da subdivisão de um item, terá preferência o arrematante que declarar interesse na aquisição da maior quantidade, prosseguindo-se na forma do item 3.3.1 acima.
- 3.4) O lance de arrematação de lote integral prefere ao lance para arrematação de item individual, o de arrematação integral do item individual prefere ao de arrematação parcial daquele mesmo item.
- 3.5) Na arrematação de coisa comum, será observada a ordem de preferência prevista no artigo 1.118 do Código de Processo Civil.
- 3.6) Tratando-se de produtos controlados, o licitante deverá apresentar, no ato do acerto de contas do leilão, toda a documentação necessária para aferição de sua regularidade perante os órgãos controladores, em especial quanto à habilitação para aquisição, transporte e comercialização dos bens arrematados.
- 3.6.1) Os documentos necessários deverão ser apresentados em cópia autenticada que ficará retida para encaminhamento à vara onde tramita o respectivo processo.
- 3.7) Na eventualidade de ser frustrada, na própria sessão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação por aquele valor.
- 4) Nos termos do artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os créditos relativos a tributos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, sub-rogar-se-ão sobre o preço da arrematação.
- 5) A arrematação será concretizada com a assinatura do Auto de Arrematação e pelo pagamento imediato do preço pelo arrematante, à vista.
- 5.1) O Auto de Arrematação será expedido em 3 (três) vias originais e será assinado pelo leiloeiro oficial, pelo arrematante e pelo Juiz Federal que presidir o certame. A primeira via será entregue ao arrematante, para os procedimentos do item 9. A segunda via será enviada à Vara em que está tramitando o processo, para ciência e as providências necessárias, no que se refere à transmissão do bem. A terceira e última via será arquivada na Central de Hastas Públicas Unificadas – CEHAS.
- 6) Optando-se pela forma prevista na segunda parte do artigo 690 do CPC, a caução a ser prestada consistirá na entrega, no ato, de cheque de titularidade do arrematante, correspondente ao valor integral da arrematação (valor mínimo de R\$ 10.000,00).
- 6.1) Deverão constar no anverso do título dado em caução, obrigatoriamente: a indicação, como beneficiário ao Juízo da Vara onde tramita o processo, a cláusula “não à ordem”; o cruzamento especial; e a cláusula “para ser creditado em conta”, tudo conforme previsto na Lei 7.357, de 02 de setembro de 1985, artigos 8º, inciso II; 17, parágrafo 1º; 44, “caput” e parágrafo 1º; 45 e 46.(...)
- 6.2) Decorridos 15 (quinze) dias da realização da hasta e não havendo o pagamento da arrematação, o cheque-caução será depositado junto à CEF, em conta vinculada ao Juízo do respectivo processo, sujeitando-se o arrematante às sanções previstas neste Edital.
- 6.3) Não havendo suficiente provisão de fundos, além das sanções previstas neste Edital, responderá o arrematante nos termos da legislação cível e penal em vigor.
- 6.4) Verificada a hipótese do item anterior, os bens penhorados serão incluídos na próxima pauta livre das

Hastas Públicas Unificadas.

7) O arrematante pagará, no ato do acerto de contas da hasta pública, o valor da arrematação, as custas devidas nos termos da Lei de Custas Judiciais, além da comissão do leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da arrematação.

7.1) O pagamento do valor da arrematação deverá ser realizado, obrigatoriamente, em dinheiro ou TED Judicial.

7.2) As custas da arrematação serão depositadas em Juízo e importarão em 0,5% (meio por cento) do valor da arrematação, respeitados os limites previstos pela Tabela de Custas do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em dinheiro, cheque do arrematante ou TED Judicial.

7.3) A comissão será paga diretamente ao leiloeiro, em dinheiro ou cheque do arrematante, mediante recibo emitido em duas vias, uma das quais será anexada aos autos do processo.

7.4) Para a hipótese de pagamento por meio de TED Judicial, o arrematante terá o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas para realizar a referida transação bancária, sendo que nesse caso a Central de Hastas Públicas Unificadas reterá as 3 (três) vias do auto de arrematação até a comprovação do pagamento.

7.5) Caso o pagamento não seja realizado no prazo estipulado no item 7.4, a arrematação será cancelada e o arrematante sujeitar-se-á à penalidade estabelecida no item 8 do presente Edital.

8) Ressalvados os casos previstos em lei, aquele que desistir ou não efetivar o pagamento da arrematação na forma prevista neste Edital, estará automaticamente impedido de participar de outras hastas públicas da Justiça Federal da 3ª Região, pelo prazo de cinco anos, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais cabíveis à espécie.

8.1) A mesma penalidade será aplicada para:

a) as pessoas físicas ou jurídicas que, elencadas no item 1.2, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e” deste Edital, arrematarem em leilão promovido pela Central de Hastas Públicas Unificadas;

b) aqueles que deixaram de cumprir suas obrigações em hastas anteriores;

c) as pessoas físicas ou jurídicas que, incluídas no pólo ativo, passivo ou na qualidade de arrematantes, criaram embaraços em processo de quaisquer das Varas Federais da Terceira Região;

d) aqueles que, por qualquer meio ou forma, provocarem tumulto ou embaraço ao regular desenvolvimento da sessão de leilão;

e) aqueles que fraudarem, ou mesmo tentarem fraudar a arrematação, seja por conluio com o próprio executado ou por acerto de lance antes ou durante o leilão, independente da responsabilidade criminal que venha a ser apurada.

9) O arrematante deverá comparecer pessoalmente à Vara em que tramita o processo, após 15 (quinze) dias da data do leilão, apresentando sua via do Auto de Arrematação, para verificar o procedimento para a expedição da ordem/mandado de entrega do bem/carta de arrematação.

10) A oposição de embargos à arrematação ou o pagamento da dívida após a arrematação, por parte do executado (devedor), não implicará na nulidade da arrematação, no termos do Código de Processual Civil.

- 11) Aos participantes da hasta pública, é defeso alegar desconhecimento das cláusulas deste Edital, para se eximirem das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma do artigo 358, do Código Penal Brasileiro.
 - 12) Na forma do artigo 698, do Código de Processo Civil, ficam, desde já, intimados da data e horário dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução.
 - 13) Ficam intimadas as partes por intermédio deste Edital, caso não o sejam por meio de qualquer outra forma legalmente estabelecida (Artigo 687, parágrafo 5º, CPC).
 - 14) Não serão levados à hasta os bens cuja suspensão da alienação seja comunicada pelo juiz do processo, por escrito, até às 16 horas do dia anterior ao evento.
 - 15) Fica ressalvado o direito a correção de eventuais erros de digitação dos lotes levados a hasta pública, salvo se desta resultar modificação significativa na descrição dos bens, cabendo neste último caso, a publicação do competente Edital de Retificação.
 - 16) Não será permitido entrar no auditório durante a realização do leilão com trajes em desconformidade com o decoro forense, tais como, shorts, bermudas e bonés.
 - 17) A sessão do leilão não poderá ser filmada, gravada ou fotografada por particulares sem prévia autorização da Presidente da Comissão Permanente de Hastas Públicas Unificadas.
 - 18) Os casos omissos deste Edital serão apreciados e decididos pela Comissão Permanente de Hastas Públicas Unificadas, não se constituindo em impedimento para a realização do certame, causa para desfazimento da arrematação ou implicando, de plano, na anulação do presente Edital.
- Em virtude disto, é expedido o presente Edital, observados os prazos legalmente estabelecidos, para que ninguém possa alegar ignorância ou erro. O presente deverá ser afixado no átrio dos Fóruns integrantes da hasta pública unificada e publicado uma única vez no Diário Eletrônico do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

LESLEY GASPARINI

JUÍZA FEDERAL PRESIDENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE HASTAS PÚBLICAS UNIFICADAS

LOTE 01

Natureza e nº do Processo: Sequestro – Medidas Assecuratórias nº 0010709-44.2009.403.6181

Vara: 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo

Partes: DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO X SEM IDENTIFICAÇÃO

Localização do lote: Av. Santa Marina nº 208 - São Paulo/SP

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

A) 01 Veículo Mercedes/CLK, placas BDZ 1111, RENAVAM 752390996, ano de fabricação/modelo 2000/2001, em razoável estado de conservação, pneus em mau estado, bateria descarregada, com chaves, não foi possível verificar a quilometragem do hodômetro, nem verificar o acabamento interno, pois a chave não abre o veículo, o veículo encontra-se parado/sem circulação há mais de um ano, avaliado em R\$ 36.000,00;

B) 01 Veículo Renault/Clio, placas DGV 5623, RENAVAM 779831063, ano de fabricação/modelo 2002/2002, em razoável estado de conservação, acabamento interno em mau estado, bateria descarregada, não foi possível verificar o hodômetro do veículo, o mesmo encontra-se parado/sem circulação há mais de um ano, avaliado em R\$ 8.000,00;

C) 01 Veículo Subaru/Legacy, placas CIA 5670, ano de fabricação/modelo 1998/1998, em razoável estado de conservação, acabamento interno em bom estado, bateria descarregada, não foi possível verificar o hodômetro do veículo, o mesmo encontra-se parado/sem circulação há mais de um ano, avaliado em R\$ 14.500,00.

Obs.: Em relação ao item C, consta a não apreensão do documento do veículo.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 58.500,00 (Cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 46.800,00 (Quarenta e seis mil e oitocentos reais)

LOTE 02

Natureza e nº do Processo: Ação Penal – Procedimento Ordinário nº 0007460-21.2006.403.6107

Vara: 2ª Vara Federal de Araçatuba

Partes: JUSTIÇA PÚBLICA X DANIEL FÉLIX DA SILVA, MAURICIO FERREIRA JUNIOR E EDINEI DA SILVA

Localização do lote: Delegacia da Polícia Federal de Araçatuba/SP

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

Uma motocicleta Honda CBX 250 TWISTER, cor azul, placa DLI 6517, modelo 2004, fabricação 2004, gasolina, RENAVAM 835518817, CHASSI 9C2MC35004R042059 – Birigui/SP, em precário estado de conservação, com o estofado rasgado, o painel parcialmente quebrado, pneu dianteiro murcho, não foi possível constatar o funcionamento.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 3.200,00 (Tres mil e duzentos reais)

LOTE 03

Natureza e nº do Processo: Alienação de Bens do Acusado nº 0000725-94.2013.403.6181

Vara: 9ª Vara Federal Criminal de São Paulo

Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL X SEM IDENTIFICAÇÃO

Localização do lote: Rua Atalaia no Norte nº 4 (oficial nº 89)– Jardim Cumbica – Guarulhos/SP

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

Uma casa residencial, sob o nº 4 da Avenida Atalaia do Norte, com área construída de 81,20m² e seu respectivo terreno constituído de parte do lote nº 1 da quadra 6 do loteamento denominado “Jardim Cumbica”, perímetro urbano, distrito, município e comarca de Guarulhos/SP, medindo 6,90m de frente para a Avenida Atalaia do Norte, por 36,00m da frente aos fundos, pelo lado direito de quem da Avenida olha para o imóvel, onde confronta com o lote nº 2; 34,25m do lado esquerdo, onde confronta com a outra parte do lote nº 1, tendo nos fundos a largura de 6,50m, confrontando com parte do lote nº 3, encerrando a área de 245,00 m². Cadastrado na Prefeitura Municipal local, em maior área, sob o nº 094 03 55 0001 01 000; 094 03 36 0001 02 002 e 094 03 55 0001 02 001 (CEP 07240-120).

Valor de avaliação: R\$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais)

LOTE 04

Natureza e nº do Processo: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico nº 0008558-18.2003.403.6181

Vara: 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo

Partes: DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO X QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO

Localização do lote: Av. Santa Marina nº 208 – Água Branca - São Paulo/SP

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

A) 01 automóvel, marca Toyota, modelo Corolla SEG18VVT, ano/modelo 2002/2003, cor prata, placas ABV 1717 de Foz do Iguaçu, chassi 9BR53ZEC238509296, RENAVAM 792545206, gasolina, rodas de liga leve, pneus meia vida, blindado, bancos de couro, automático, rádio toca fitas acoplado, sem avarias. A bateria do veículo se encontra descarregada, inviabilizando, desta forma, a verificação do funcionamento da parte elétrica e do motor, avaliado em R\$ 23.000,00.

B) 01 automóvel, marca VW, modelo Santana, ano modelo 1999, cor preta, placas MAL 8433, de Foz do Iguaçu, pneus bem gastos, lataria manchada, parachoque da frente arranhado, seta quebrada do lado do

motorista, gasolina, chassi 9BWZZZ327YP991801, RENAVAM 718284836. Sem a chave do veículo não foi possível acioná-lo, inviabilizando a verificação da parte elétrica e o motor, avaliado em R\$ 8.000,00

C) 01 automóvel, marca Fiat, modelo Palio EX 1.0, ano modelo 1999, cor cinza, placas AIW 5722 de Foz do Iguaçu, RENAVAM 723323852, gasolina, pneus ruins, lataria enferrujada, conservação externa péssima. Não foi possível observar internamente, bem como ficou inviabilizada a verificação do funcionamento da parte elétrica e do motor, por falta das chaves, avaliado em R\$ 5.000,00

D) 01 automóvel, marca Ford, modelo Ranger XL 12F, ano modelo 2001, cor preta, placas AKE 0855 de Foz do Iguaçu, combustível diesel, pneus bons, rodas de liga leve, lataria em bom estado. Sem as chaves do veículo não foi possível acioná-lo, inviabilizando a verificação da parte elétrica e motor, avaliado em R\$ 15.000,00

E) 01 automóvel marca Mitsubishi, modelo Pajero HPE, ano fabricação/modelo 2005/2005, cor prata, placas ECF 7878 de São Paulo, chassi JMYLYV78W5JA00797, RENAVAM 858165287, movido a diesel, pneus em bom estado, tração nas quatro rodas, estepe, bancos em couro, automático, com rádio toca fitas acoplado, tendo em vista a bateria estar descarregada, não foi possível verificar a parte elétrica e o motor, avaliado em R\$ 48.000,00

F) 01 automóvel marca GM, modelo S-10 2.8D, ano modelo 2003, cor preta, placas NCK 3296 de Foz do Iguaçu, RENAVAM 806649160, chassis 9BG138ACO3C419383, pneus bons, rodas de liga leve, lataria com pequenas avarias no parachoque dianteiro, movido a diesel. Sem acesso às chaves do veículo não foi possível acioná-lo, inviabilizando a verificação da parte elétrica e o motor, avaliado em R\$ 35.000,00

G) 01 quadriciclo, marca Honda, modelo Ranger Fourtrax, cor preta, pneus meia vida, sem placas. Sem acesso às chaves do veículo não foi possível acioná-lo, inviabilizando a verificação da parte elétrica e o motor, avaliado em R\$ 5.000,00.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 139.000,00 (Cento e trinta e nove mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 111.200,00 (Cento e onze mil e duzentos reais)

LOTE 05

Natureza e nº do Processo: Alienação de Bens do Acusado nº 0004212-58.2013.403.6121

Vara: 1ª Vara Federal de Taubaté

Partes: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE TAUBATÉ/SP X JUSTIÇA PÚBLICA

Localização do lote: Rodovia Presidente Dutra Km 156 – Pátio da 2ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal.

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

A) 01 veículo do tipo Carreta Semi Reboque/Basculante, marca/modelo SR/NOMA SR 3E27 BCM, cor branca, placa DAH 8274, chassi 9EP02103031000133, RENAVAM 790597411, ano/modelo 2002/2002,

avaliado em R\$ 40.000,00;

B) 01 veículo do tipo TRA/C. Trator, marca/modelo Scania / R124GAX2NZ 420, cor branca, movido a diesel, placa HRO 6451, chassi 9BSR4X2A013527792, RENAVAM 762417005, ano/modelo 2001/2001, avaliado em R\$ 110.000,00.

Obs. Os bens apresentam bom estado de conservação. Não foi possível comprovar o funcionamento dos bens.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

LOTE 06

Natureza e nº do Processo: Alienação Judicial de Bens nº 0004639-98.2015.403.6181

Vara: 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo

Partes: JUSTIÇA PÚBLICA X JOÃO RAMAO TORALES

Localização do lote: Avenida Santa Marina nº 208 – Água Branca – São Paulo/SP

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

01 automóvel marca VW, modelo CrossFox, ano modelo 2009/2010, cor prata, placas HTJ 6041 de Campo Grande-MS, RENAVAM 160728533, chassi 9BWABO5Z6A4034076, pneus bons, rodas de liga leve, flex, lataria e pintura em bom estado, com estepe, rádio/toca CD, bancos em tecido. A bateria se encontra descarregada, inviabilizando a verificação da parte elétrica e do motor.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 18.400,00 (Dezoito mil e quatrocentos reais)

LOTE 07

Natureza e nº do Processo: Ação Penal nº 0014039-83.2008.403.6181

Vara: 9ª Vara Federal Criminal de São Paulo

Partes: JUSTIÇA PÚBLICA X DANILO DE MORAES CARNEIRO e PAULO EDSON DOS SANTOS

Localização do lote: Avenida Santa Marina nº 208 – Água Branca – São Paulo/SP.

Descrição do(s) bem(ns) integrante(s) do lote, respectivo estado e eventuais ônus:

01 automóvel marca Fiat, modelo Uno Fire, ano modelo 2001/2002, cor branca, placas DED 9625 de São Paulo, RENAVAL 764483854, rodas de ferro, avarias no paralamas dianteiro direito, pintura com pequenos pontos de ferrugem. Sem acesso às chaves do veículo não foi possível acioná-lo, inviabilizando a verificação da parte elétrica e o motor.

Obs.: Conforme art. 144-A, §5º do Código de Processo Penal, o arrematante ficará livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.

Valor de avaliação: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais)



Documento assinado eletronicamente por **Lesley Gasparini, Juíza Federal**, em 09/10/2015, às 19:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1380321** e o código CRC **21D97D78**.
